

HABEAS CORPUS Nº 514.136 - SP (2019/0162008-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ANDRE LUIS EVANGELISTA
ADVOGADO : ANDRÉ LUIS EVANGELISTA - SP268581
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CHARLES SOARES GARCIA CAMPOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de CHARLES SOARES GARCIA CAMPOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2268134-37.2018.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 16/11/2018 por ter supostamente praticado o delito tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

HABEAS CORPUS - Tráfico de drogas - Flagrante delito - Conversão da prisão em flagrante em preventiva - Circunstâncias da prisão que neste momento processual não justificam a revogação da custódia cautelar - Modus operandi que demonstra envolvimento com atividades criminosas - Medidas cautelares do artigo 319 do CPP que se mostram insuficientes a garantir a ordem pública e a instrução criminal - Constrangimento ilegal não evidenciado - ORDEM DENEGADA (fl. 52)

No presente *writ*, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do paciente.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

A liminar foi indeferida às fls. 59/60. Informações prestadas às fls. 64/67, 69/83, 91/106 e 107/119. O Ministério Público Federal opinou pela prejudicialidade do *mandamus* às fls. 121/123.

É o relatório.

Decido.

O *writ* está prejudicado.

Isso porque, conforme se observa das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verifica-se que, no dia 24/4/2019, o paciente foi condenado à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, sendo negado o recurso em liberdade.

Em 19/11/2019, nos autos da Execução Provisória n. 0004368-58.2019.8.26.0496, foi concedido o livramento condicional ao apenado, sendo expedida ordem de liberação no dia 22/11/2019.

Desse modo, considerando a superveniência do livramento condicional, ficam superadas as alegações aqui trazidas.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator